



MUNICÍPIO DE SOURE
CÂMARA MUNICIPAL

*1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada em 29 de outubro de 2015*

ATA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. **APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E
AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2016**

***1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada em 29 de outubro de 2015***

**Ponto 1. APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E
AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2016**

O Senhor Presidente referiu que: “as Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e do Orçamento, para o ano de 2016 é um documento estratégico, neste caso a nível local, com as responsabilidades e as competências que a lei nos atribui e por aquilo que é a nossa determinação, com objetivos de desenvolvimento para o Concelho de Soure. O Orçamento de 2016 foi feito de acordo com as normas legais da Administração Autárquica Municipal e as diversas Leis, não só do Pocal, mas também algumas Leis de Contingência e do Orçamento de Estado de 2015. Em termos da Receita utilizámos os critérios previstos no Pocal, critérios rigorosos no apuramento dessa previsão. Como podem verificar, neste Orçamento, em termos de Despesa, os serviços fizeram um reforço ainda maior do que aquele que foi feito durante os últimos dois anos, para diminuirmos as despesas correntes. Foi instituído um princípio de determinadas despesas, exceto as despesas com o pessoal, porque aí não podemos cortar mais. Os próprios trabalhadores da Administração Pública, no caso da Administração Pública Local, ainda pior, têm sofrido cortes, não têm tido promoções na carreira. Na Câmara Municipal de Soure temos tido muitos funcionários com graves problemas de saúde que continuam ao serviço porque a Caixa Geral de Aposentações não lhes dá a reforma e nós temo-los colocado em serviços melhorados. Portanto, mantendo-se esse encargo não nos é possível renovar o nosso Quadro de Pessoal. Estas são as explicações que estou em condições de dar sobre as Grandes Opções do Plano - Plano Plurianual de Investimento e AMR para o ano de 2016, aguardando a vossa análise crítica e objetiva.”

A Senhora Vereadora Dra. Nácia Gouveia referiu que: “gostaria de fazer apenas uma breve intervenção e dizer que numa ambiência de algumas incertezas, de algumas indefinições, em que não dispomos de um Orçamento de Estado aprovado e, por isso ainda não temos acesso ao mapa XIX com as respetivas transferências financeiras previstas para o Município de Soure, assim como para os outros Municípios...num contexto em que não temos candidaturas aprovadas no âmbito do novo Quadro Comunitário e, por isso, não podemos colocar a respetiva receita em termos orçamentais, esta parece-me ser uma proposta de Plano e Orçamento tecnicamente rigorosa e realista e politicamente responsável, mantendo, naturalmente, a consciência social.

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

Do ponto de vista técnico, e de forma transparente, o Orçamento Municipal integra, e bem, um articulado com as medidas que orientam a execução orçamental. Esta proposta de Plano e Orçamento apresenta um Orçamento de 13.921.305 euros e um Plano de 7.080.305 euros.

De 2014 para 2015, o Orçamento diminuiu 342.000 euros e de 2015 para 2016, diminuiu 228.000 euros.

No quadro de execução Orçamental mantém-se a autossuficiência orçamental, isto é, as receitas correntes voltam a ser superiores às despesas correntes, em sensivelmente 2.754.000 euros, cumprindo, naturalmente, a Lei das Finanças Locais e continuando a permitir libertar meios para investimento.

As Despesas com Pessoal, como já foi dito, voltam a diminuir, mas também decorrente de imperativos legais.

A Aquisição de Serviços apresenta um aumento que se prende fundamentalmente com um ajuste contabilístico da rubrica 06 - outras despesas correntes. Trata-se de uma rubrica residual e que foi, de alguma forma, dotada com alguns estudos e projetos prioritários.

A rubrica de Passivos Financeiros evidencia, claramente, que a Câmara Municipal irá continuar a amortizar os empréstimos em vigor no montante de sensivelmente 677.000 euros.

Relativamente às Grandes Opções do Plano temos um aumento de cerca de 1.100.000 euros face a 2015, continuando a verificar-se uma aposta clara em áreas cruciais como a Educação, Cultura, Desporto, Ação Social, Defesa do Meio Ambiente, entre outras aqui já referenciadas. Portanto, esta parece-me ser uma proposta de Plano e Orçamento que visa, naturalmente, continuar a melhorar o bem-estar e a qualidade da vida dos Municípios do Concelho de Soure, atendendo ao atual contexto e aos condicionalismos económicos, sociais e políticos que enfrentamos e, por isso, terá, naturalmente, o meu voto favorável.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “começo por apresentar os contributos do Conselho Municipal da Juventude para este Plano Plurianual de Investimentos e AMR para o ano de 2016. Reunidos na passada terça-feira, dia 23 de outubro, discutimos e aprovámos o Plano de Atividades do CMJS. Neste documento consta um conjunto alargado de ações das quais destacava: o II Encontro de Jovens do Concelho que incluirá o II Open de Natação, o II Cross Trail Soure, o II Concerto de Bandas de Garagem, entre outras iniciativas, a comemoração do Dia Nacional da Juventude, continuação de parcerias com outras

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

entidades, a organização de uma Feira de Empreendedores Jovens do Concelho, a criação de um Cartão Jovem do Município, a organização de Iniciativas Culturais, Desportivas e Ambientais e a realização de Intercâmbios Juvenis. Estas são algumas das ações que irão constar no nosso Plano de Atividades, que complementarão outras constantes no Plano, em Educação, Ação Social, Urbanismo e Saúde.

Passava de imediato, e de forma breve, a uma análise em nome da Coligação Democrática Unitária, dos documentos que estão em discussão. Apesar da diminuição da receita originada pelos sucessivos cortes das transferências do Estado e da diminuição de verbas disponíveis no presente Quadro Comunitário, investir na Educação e Ação Social, pagar Dívida, continuar a prestar Serviços Estratégicos às Populações como Fornecimento de Água, Saneamento, Recolha de Lixo, tudo associado a uma prática de mais transparência e mais rigor, são razões que justificam o apoio da CDU. Sobre o documento apresentado, consideramos que apresenta uma significativa melhoria com uma análise resumida e objetiva de cada uma das ações, referindo a evolução do investimento ao longo dos anos de 2014, 2015, que ainda decorre, e 2016, permitindo uma análise comparativa do que foi concretizado e daquilo que está a ser planeado. Nas Grandes Opções do Plano, os valores orçamentados para 2016 e os valores cabimentados em 2014, permitem fazer a seguinte análise:

Educação e Ação Social - apresentam um reforço de investimento. Saudamos medidas como a oferta dos livros escolares, oferta de aulas de aprendizagem ao Meio Aquático a todas as Crianças dos 3.º/4.º anos de escolaridade, Ações de Investimento na Conservação e Reparação dos Edifícios Escolares, Apoio ao Prohabita, Criação de Incentivos à Natalidade e Ações de Apoio a Idosos.

Habitação, Urbanismo e Urbanização - apresentam um aumento de investimento considerável resultante do investimento previsto em Iluminação Pública, num valor de 72%.

Saneamento e Salubridade - apresenta um aumento de investimento na ordem dos 35% na sua globalidade, em consequência do aumento considerável em Rede de Esgotos e Higiene Pública.

Defesa de Meio Ambiente - apresenta um acréscimo de investimento de 500%, mas se formos aos números, passa de 30.600 euros para 183.500, em investimentos previstos e direcionados para os nossos rios e também para o Paúl da Madriz.

Serviços Municipais - apresenta um aumento de investimento de 435%, passando de um investimento de 67.000 euros para 357.000, numa clara aposta na modernização dos serviços.

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

Desporto e Tempos Livres - está previsto um investimento de 98.000 euros para a Piscina Municipal de Vila Nova de Anços em 2016 e, em 2017, 50.000 euros, o que nos parece urgente para a recuperação do edifício e para a parte energética.

Comunicações e Transportes - verificamos alguns investimentos. Em 2014, 2015, 2016 verificou-se um valor de 2.000.580 euros, valores aproximados em 2013, em 2014 verificou-se um valor de 1.211.000 euros e agora, unicamente 690.000 euros.

Na Ação Social, vemos com alguma apreensão o valor apresentado para esta rubrica que, na nossa opinião, devia ter um reforço maior, melhorando a capacidade de resposta da Autarquia a situações de grande fragilidade das famílias e para as quais esta tem obrigação de dar a melhor resposta possível.

O Mapa de Orçamento da Receita e da Despesa apresenta um valor global superior ao do ano de 2014. A análise de indicadores importantes e de autonomia financeira, mostram que as receitas correntes continuam a sustentar as despesas correntes e a libertarem cerca de 20% para financiar despesas de capital. Podemos dizer que temos um orçamento em que 90% são gerados pela receita corrente, o que, na nossa opinião, é um indicador bastante positivo. No entanto gostaria que me explicasse porque é que a Venda de Bens de Investimento, contrariando a tendência que se vinha a verificar, apresenta agora um ligeiro acréscimo.

Duas notas breves que apresentei ao Senhor Presidente na reunião que tivemos com os eleitos da Coligação Democrática Unitária. Primeira, pensamos que é urgente implementar políticas ambientais consistentes e promover ações de sensibilização/educação ambiental junto da população. Não resultará daqui um forte investimento, mas o impacto da medida poderá ser importante. Segunda, a necessidade de reforçar o Quadro de Pessoal da Autarquia com um Técnico de Desporto de modo a ser possível planear, coordenar e implementar ações nesta área, criando condições para a elaboração de uma Carta Desportiva do Concelho.”

O Senhor Presidente referiu que: “sobre a Venda de Bens de Investimento, efetuámos a venda de um prédio e de material. Tudo indica que no ano de 2016 possamos realizar a venda de outros bens que o Município dispõe no seu Património. Temos alguns Bens Rústicos que estamos a fazer o seu cadastro e a sua inventariação patrimonial. Como entidade proprietária desses bens, devemos dar o exemplo. O Município está como aderente coproprietário na Zona de Intervenção Florestal - Soure Sicó é possuidor de património rústico que procuraremos rentabilizar, na área florestal, vendendo bens e investindo. Estamos a preparar,

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

nesse âmbito, o PDR - Plano de Desenvolvimento Regional e se houver essa possibilidade legal de sermos beneficiários de candidaturas melhorando e dando o exemplo da produção florestal, penso que é uma forma do Município equacionar e dar o exemplo à semelhança de outras empresas de celulose, que são grandes proprietárias da área florestal. Esta explicação não está sobejamente explícita porque a sua dimensão para 2016 está a ser estudada. Estamos, com o nosso gabinete florestal, a preparar um conjunto de estudos e candidaturas e com os nossos serviços contabilísticos numa fase final de inventariação patrimonial.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “nós lemos, com toda a atenção, o documento que nos foi remetido e vemos uma evolução em relação àquilo que estávamos habituados a ter neste Município. Entendemos que este documento é, à primeira leitura, mais transparente e explicado. A intervenção inicial do Senhor Presidente, de igual modo, explica de uma maneira sintética, mas aprofundada, alguns requisitos.

Também compreendo e avalio bem que o quadro político nacional é de tal forma que nos impele a que tenhamos alguns cuidados em relação à maneira como olhamos a atividade política no nosso concelho.

Naturalmente, avaliando o documento, ressalta imediatamente o apoio para a Educação, com a construção do Centro Escolar da Freguesia de Soure e por isso é interessante vermos que este investimento na Educação se repercutem aumento da qualidade dos serviços prestados às nossas crianças. Não nos ficará mal saudar essa situação.

Gostaria que me esclarecesse sobre algumas questões. Na página 5, refere um projeto, a ação “Cultura para Todos”. Confesso que não me recordo de em reuniões da Câmara Municipal termos aprovado este projeto, esta iniciativa ou esta ação em concreto. Tem, contudo, uma dotação orçamental elevada. Gostaria que me elucidasse mais precisamente sobre este projeto.

Na página 8, há aqui um projeto, que porventura pode ser um projeto interessante, que é “Formação de Públicos Estratégicos”. O que é que nós buscamos com este projeto?

Na página 10 mantém-se, mas agora com um orçamento mais consistente, a recuperação do antigo edifício da GNR de Soure. No fundo, o que estamos a reconverter, ou com que intuito é que estamos a reconverter esse antigo edifício da GNR? Ou seja, qual é a utilização futura que se pretende para o mesmo?

Na página 11, começa a despontar aquilo que me parece ser objetivamente uma intervenção política da sua parte, de dar início ao envolvimento consistente da nossa

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

Câmara na Rede de Esgotos municipais depois de anos de incúria em relação a esta matéria. Reparo que essa Rede de Esgotos, que é prevista, tem um alcance variado, mas tem uma repercussão financeira mais objetiva e mais dilatada em 2017. O ano de 2017 que, como é sabido, é um ano eleitoral. Queria só perceber, se é com algum intuito objetivo que o grosso do investimento nesta área está previsto ser feito em 2017. Também nesta mesma página, está o Contrato de Concessão das Águas do Centro Litoral. Que Contrato de Concessão é este?

Na página 16, é dado um destaque inicial, mas com o avolumar do investimento futuro, às infraestruturas de apoio ao Turismo Termal. Sinto eu, digo eu, penso eu, que estas infraestruturas de apoio ao Turismo Termal estão a ser desenvolvidas pela própria Câmara e, nesse sentido, que infraestruturas são estas e o que é que pensa fazer com elas?

Na página 18, há uma intervenção que deduzo de grande importância na Zona Industrial de Queitide. Acho que a Câmara faz bem em intervir na requalificação daquela zona industrial. Nós gostaríamos que tivesse outra imagem pública e outra utilidade pública e daí o nosso aplauso, o nosso apreço por esse projeto, por essa intenção em intervir na Zona Industrial de Queitide. Nessa mesma folha, continua, no nosso entendimento “em passo de caracol”, a incubadora de empresas do nosso Concelho. Desta vez propõe-se arrancar um projeto com o nome de “Serviço Intermunicipal de Apoio ao Empresário e ao Empreendedorismo”, que nunca ouvimos falar, mas certamente que o Senhor Presidente também terá alguma indicação a prestar-nos sobre que serviço intermunicipal é este é quais são os outros municípios que se juntam connosco neste apoio ao empresário e ao empreendedorismo.

Ainda sobre a avaliação deste documento, embora a Senhora Vereadora já tenha focado essa questão, nota-se que ao valor global de despesas, portanto de investimento previsto, que pouco passa de cinco milhões setecentos e noventa e quatro mil e setecentos em 2014, para sete milhões e oitenta mil em 2016, portanto há um aumento de 22,2% desde 2014. Gostaria que me explicasse como é que avalia este aumento, de grande dimensão, do valor global da despesa?

Quanto à despesa com Aquisição de Serviços, em 2015 foram previstos três milhões e trezentos mil e em 2016 três milhões quinhentos e quarenta e sete mil euros, portanto, há um aumento de despesa com aquisição de serviços de duzentos e seis mil euros, ou seja, mais 7%. Gostaria que me esclarecesse que aumento de serviços são esses? Que serviços são? E se na Câmara Municipal não há pessoal qualificado que possa obstar a que este aumento de despesa de aquisição de serviços seja concretizado?

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

O Senhor Presidente referiu que: “começando pela questão levantada sobre o que é “Formação de Públicos Estratégicos” são públicos diferenciados. A Formação para Públicos Estratégicos insere-se numa Política de Ação Social onde aquilo que é a nossa avaliação e conhecimento social do Concelho, aliás, plasmado no documento que aprovámos sobre o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho. Foi dado o nome de Públicos Estratégicos porque são públicos onde se encontram a maior parte dos problemas sociais, por um lado, e económicos por outro, mas que nós não queremos discriminar negativamente. Por outro lado, Públicos Estratégicos também são outro tipo de conjunto de cidadãos, por força da sua diferenciação, capazes de serem trabalhados e de poderem trazer algo de novo à dinâmica social e à dinâmica económica. Os Públicos Estratégicos são os chamados públicos que pertencem a segmentos específicos, podemos dar exemplos, cidadãos com deficiência, jovens em risco, famílias que são recorrentes no uso de benefícios sociais como o Rendimento Social de Inserção. Este projeto é aberto com o Novo Quadro Comunitário de Apoio. Portanto, a Formação dos Públicos Estratégicos são estes públicos que são segmentos específicos da população, sem querer fazer qualquer discriminação negativa.

Hoje, cada vez mais, o funcionamento em rede é um instrumento usado como sendo um bom instrumento para levar a cabo determinado tipo de ações para se conseguirem resultados objetivos. A “Cultura para Todos” é um programa a que aderimos de uma forma ampla, de tal modo que o nome é genérico, que pode incluir um conjunto de ações que nos sejam apresentadas em termos de Comunidade Intermunicipal.

Relativamente ao Saneamento é evidente que o saneamento é a área de um setor que, cada vez mais, ganha linhas de orientação empresarial e de negócio pelo serviço que presta. Pessoalmente, mantendo-se as várias circunstâncias, entendo que estamos bem e temos feito correções também no campo da receita e previmos um aumento da receita por força da aplicação da atualização tarifária. A nível do Saneamento é evidente que, com Candidaturas aprovadas, terá uma velocidade de execução, sem Candidaturas aprovadas terá obviamente uma linha de atuação mais lenta, porque as nossas fontes de rendimento não nos deixam liberdade aos valores que desejaríamos. Essas fontes de financiamento externo, ou conseguimos lá chegar preparando um conjunto de processos que tenham uma determinada lógica, determinada coerência, que apresentem uma consistência e um plano de rentabilidade muito objetivo, porque o que nós não conseguirmos provar, ninguém, nem a União Europeia, nem a Banca, nos vai ajudar a obter financiamento nesta matéria. Daí que as intervenções estão todas suportadas, algumas têm uma

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

sinalização mais atribuída que outras, mas também já hierarquizámos essas prioridades, já aprovámos em reunião de Câmara três projetos que estão a ser desenvolvidos para três áreas, um deles está em condições de andar mais depressa, por diversas razões, até por razões do desenvolvimento económico, que é o projeto da Vinha da Rainha, depois temos o dos Lousões e Casa Velha e, por último, o do Casal do Redinho. Sobre as infraestruturas termais, sabemos que temos dois grandes polos. Aproveitando a Rede Natura, aproveitando o maciço do calcário do Sicó, o investimento que temos feito na imagem e promoção dos produtos do Sicó, o queijo rabaçal, aproveitando outras potencialidades, começam a aparecer unidades de turismo rural, também na base da serra de Sicó, mas também nas Freguesias de Tapéus e Soure. Confesso que seria minha ambição, e penso que é uma lacuna que nós ainda mantemos, uma aposta mais forte na imagem e na divulgação do marketing territorial do Concelho para dar uma ajuda e impulso importante a esta área.

Estamos a projetar PDM, Modernização Administrativa, a contratar serviços por falta de pessoal, lixo e na limpeza de parques e jardins e manutenção de espaços públicos, e essas despesas estão aqui refletidas, não que nós entendamos que isso é o ótimo, mas é, neste momento, necessário.

O Serviço Intermunicipal de Apoio ao Empresário e ao Empreendedorismo é um dos objetivos e que está consignado naquilo que é a Carta de Compromissos das Comunidades Intermunicipais, à qual a CIM Região de Coimbra também não foge. Estes investimentos exigem uma grande preparação e estudos, os próprios concursos são concursos para obras de forma complexa e, durante o ano de 2016, ainda que houvesse disponibilidade financeira para os fazer, não serão de todos exequíveis. Não estando feito aquilo que todos desejam, está feito aquilo que a maioria acha que, tendo em conta as dificuldades, é importante.

Estas verbas da aquisição de bens e serviços têm, de facto, um valor que me parece excessivo, mas é por força da sua concentração em termos de depósito e despesa, mas esse aumento tem a ver essencialmente com três questões: lixo, refeições escolares e área do saneamento e águas.

Num curto espaço de tempo, conseguirmos atingir alguns objetivos em termos de argumentação e de estudos que fundamentem a nossa ambição em termos de ligação aos grandes eixos rodoviários, com a nossa ligação ao Nó da A1 em Soure, a ligação de Soure às Zonas Industriais e a ligação da Plataforma Rodoferroviária de Alfarelos/Granja do Ulmeiro são as prioridades. Quanto é que custa fundamentar bem aquilo que será a única janela de oportunidades que nós temos até 2021 de conseguir financiamento através de *last mile* para onde estão reservados, para

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

Portugal e para as Autarquias, cerca de trezentos milhões de euros? Quanto é que custa conseguir ficar numa primeira linha de argumentação, de justificação de um investimento prioritário nesta matéria? Parece-nos a nós, Sourenses, que a justiça que foi feita pela construção do Nó da A1 em Soure não está completa.

Nós agarrámos a oportunidade criada pelo sector da atividade, temos acarinhado essa iniciativa, temos dado os nossos incentivos, temo-nos atravessado politicamente no desenvolvimento do projeto da Plataforma Rodoferroviária de Alfarelos/Granja do Ulmeiro, “as coisas” hoje estão bem encaminhadas e estamos-nos a socorrer de apoio técnico. Quanto é que nos vai custar esse apoio técnico? Certamente que a soma desses valores de assessoria técnica vão nos fazer disparar ainda mais esta aquisição de serviços. De acordo com a observação que os Senhores Vereadores tomaram ressalvasse que baixámos bastante os valores para as Comunicações e Transportes, não quero que isso seja entendido como uma falsa questão deste Executivo ou da equipa que preparou o Plano e Orçamento. Nós temos a consciência que há um conjunto de necessidades que a população tem, não estamos a ganhar lastro para questões eleitorais, o problema é que a receita é esta. A política, gestão à parte, faz-se de escolhas. Este orçamento não é um orçamento atapetado porque não temos recursos financeiros para o estender. Era desejável que, em 2017, pudéssemos duplicar ou mesmo triplicar o valor destinado ao atapetamento.

Se o Município tiver que assumir as suas responsabilidades daquilo que é a construção *last mile* entre Soure e o Nó da A1, cruzamento com o IC2, o investimento será sempre superior a cinco milhões de euros, cuja nossa responsabilidade poderá ser superior a um milhão. Penso que o Concelho se deve endividar junto da banca para poder realizar este projeto.

Se para que a Plataforma Rodoferroviária de Alfarelos /Granja do Ulmeiro possa continuar a ter sucesso e necessite de investimento municipal para a passagem superior, para o túnel sobre a Linha do Norte, para a ligação à Estrada Nacional que vai para Condeixa-a-Nova, se o Município tiver que fazer um investimento superior a um milhão de euros, deve fazê-lo.

Há verbas que nos levam a que hoje haja um relacionamento muito mais comodo, é possível de negociar compras, negociar preços de quotização de bens, produtos e serviços. Este decréscimo da dívida tem sido sustentado, é sustentável e é ambicionado que possamos chegar ao final de 2017 sem dívidas nenhuma. Só foi possível tendo em conta o rigor dos dois últimos exercícios e o rigor que vamos continuar a ter neste exercício de 2016.”

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o Senhor Presidente esteve bem agora ao colocar um aspeto muito importante, que para nós é basilar, que é a diferença que na política nós temos que estabelecer sobre quais são as necessidades básicas das populações e as necessidades extraordinárias das populações. Em Soure tem havido um estreito entendimento de como é que se deve avaliar este tipo de situações e, naturalmente, falou em dois aspetos que para nós são fulcros, ou seja, o Saneamento Básico e a Rede Viária. O Saneamento, no Concelho de Soure, continua a ser de todo incipiente, o que, em pleno século XXI, me parece um atestado de evidente distanciamento em relação às populações, emitido por parte de quem nos antecedeu neste órgão. Relativamente à Rede Viária é o que tenho falado em relação à política de atapetamento eleitoral que tem sido norma neste concelho. O Senhor Presidente não me desmentiu porque, naturalmente, só quem não quer é que não vê uma situação desta natureza que acontece neste Concelho de quatro em quatro anos. A política de alcatrão tem sido a política assumida claramente pelos anteriores Executivos Camarários para intuitos eleitoralistas. Tenho falado disso várias vezes e os números não me desmentem. Em 2012, o financiamento defendido nas Grandes Opções do Plano, no quadro de investimento global, foi de 21,7% para a Rede Viária. Em 2013, ano eleitoral, foi de 30%. Em 2014 foi de 23%, em 2015 foi de 14% e agora estamos a prever 7,65% para o próximo ano. Não sei se esta é a política correta ou não, não sei se este é o investimento necessário ou não para aquilo que são as necessidades do Concelho, mas que há uma diferença substancial em relação àquilo que aconteceu em anos transatos é uma evidência. Por isso, acho que todos ganhamos em abordar estas questões, são questões básicas das populações, que é o caso do Saneamento e da Rede Viária, porque estas duas áreas são áreas políticas de impacto evidente na vida das pessoas. As pessoas têm que ter comodidades para continuar a viver no Concelho de Soure, nomeadamente ter saneamento em casa e ter uma estrada, no mínimo, ajustada aos tempos em que vivemos para que se possam deslocar.

Esta é uma intervenção que vem no seguimento das palavras que o Senhor Presidente proferiu, que me permitia dar nota que nós não queremos andar toda a vida a falar destes números, queremos é que, de uma vez por todas, não se utilize um caso concreto, nomeadamente como o Saneamento e a Rede Viária como “trunfos eleitoralistas” assumidos. Manifestamente, acho que nós, e toda a oposição, tomámos nota pública disso.

Termino dizendo o seguinte: no campo da economia, a aposta no Turismo Termal e nos Caminhos de Fátima e de Santiago, tentando trazer ao Concelho de Soure pessoas, acho que é de apostar, não podemos desvalorizar isso, nós valorizamos e

1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 29 de outubro de 2015

apostamos nisso. Acho que essa política é uma política correta que qualquer autarca decente deve conduzir, ou seja, tentar que o seu Concelho seja conhecido e atraia turistas. Acho que isso é fundamental e, da nossa parte, deixamos uma nota de profundo acordo em relação a isso.

Permitia-me dar nota de três ou quatro áreas que, no nosso modesto entendimento, continuam ainda por acautelar e permitia-me repisá-las uma vez mais. Uma delas é a componente agrícola. O apoio aos jovens agricultores continua a não estar previsto nos nossos documentos de trabalho, ou seja, o nosso Concelho é um Concelho agrícola e penso que devemos valorizar e potenciar o aparecimento de jovens agricultores, de modo a que comecemos a ser também um Concelho de bandeira nesta área.

Nas Zonas Industriais acho que era importante continuarmos a olhar para elas de uma maneira séria. Acho que o apoio aos empresários e a criação de emprego deve ser claramente uma das nossas bandeiras, uma bandeira de todos nós. Nós somos daqueles que defendemos que a criação de emprego vem da atividade privada, vem das empresas e para que isso aconteça, naturalmente o Concelho de Soure tem que ser um Concelho friendly, tem que ser um Concelho que trate bem as pessoas que aqui querem investir. A Câmara Municipal nunca verá, da nossa parte, qualquer comentário menos adequado ao esforço que se faça nesse sentido. É muito importante que nós possamos assumir a incubadora, trata-se de um aspeto importante de captação e de fixação de jovens investidores, de jovens empresários, que queiram no nosso Concelho, e tendo em linha de conta a proximidade às vias estruturantes, fazer daqui um espaço de irradiação de desenvolvimento, daí também concordar com o acesso às vias estruturantes. Se achar que em documentos futuros o last mile, conforme tem repetidamente referido, não é alcançável de imediato por aquilo que são as verbas alocadas a esse projeto, se entender que é um empenhamento do nosso Concelho no acesso às principais vias estruturantes, nomeadamente as Autoestradas, pode contar com a nossa avaliação positiva dessa intenção, no sentido que entendemos claramente que isso é uma questão de desenvolvimento assumida para o Concelho de Soure. Nós temos que ter acesso às vias estruturantes e, naturalmente, se isso acontecer, estaremos cá para avaliar o impacto financeiro que pode ter na vida do nosso Município, sabermos se valerá a pena essa diretriz em detrimento, porventura, de outras.

A avaliação global deste documento não é inteiramente satisfatório para nós por aquilo que temos vindo a dizer. Há entendimento em algumas das matérias aqui transcritas ou previstas. Entendemos, por isso, que este é um Plano e Orçamento que, embora cauteloso e até prudente, é um Orçamento e um Plano sem fulgor.

***1.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada em 29 de outubro de 2015***

Não nos transmite qualquer orientação lógica para o futuro e não revela rumos ou metas que possam envolver toda a comunidade em defesa de um objetivo comum. Nesse sentido, o sentido de voto da nossa bancada será a abstenção.”

O Senhor Presidente referiu que: “tem sido prática nossa, dentro daquilo que é a abrangência do Plano de Atividades e aquilo que é a especialização do nosso Orçamento, sempre que é possível, ao longo do ano, indo corrigindo. As alterações ao Plano e Orçamento é um instrumento de flexibilidade que nos permite ajustar as necessidades e prioridades em função daquilo que decidirmos. Para nós o que conta é a estratégia e ela está decidida nas linhas.

No que toca ao campo agrícola é um sector que tem muito trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia. Por força da lei, mas com alguma generosidade da nossa parte, temos delegado e confiado nas Juntas de Freguesia todo um trabalho que está próximo das pessoas. Não podemos esquecer o nosso apoio ao mundo rural, não podemos esquecer o forte investimento que há no Concelho em termos agroalimentares, não só naquilo que é a maior empresa empregadora do Concelho, mas também das outras empresas ligadas ao sector agrícola, portanto, não é verdade que o sector agrícola esteja esquecido daquilo que é o apoio municipal. Nós damos apoio à Associação de Beneficiários da Obra do Mondego e aos seus associados no verão com a bombagem de água e isso é reconhecido pelas próprias associações de agricultores, damos apoio ao sector do arroz. Iremos também até ao final do ano, fazer um esforço para que os Municípes possam legalizar as suas explorações.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e C.D.U., e três (3) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.P.D./P.S.D. - C.D.S./P.P. - P.P.M., aprovar as propostas apresentadas pelo Senhor Presidente, as quais deverão ser submetidas à Assembleia Municipal.-----
